



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/05/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL AQUI	
2.1. VARA CÍVEL.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
3.2. EVENTOS.....	5
3.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	6
4. JORNAL EXTRA	
4.1. VARA CÍVEL.....	7 - 8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	9
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	10
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
7.2. COMARCAS.....	12
7.3. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	13
7.4. DECISÕES.....	14
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	15 - 16
7.6. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	17 - 18

Construção de Terminal Portuário privado ameaça moradores da Comunidade Cajueiro

Pág. 7

Construção de Terminal Portuário privado ameaça moradores da Comunidade Cajueiro

Na pretensão de instaurar um Terminal Portuário privado na comunidade de Cajueiro, próximo à Vila Maranhão, a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais vem infernizando as vidas dos moradores daquela comunidade. Cerca de 170 famílias se sentem ameaçadas por capangas e por constantes tentativas de compra das posses dos moradores.

O caso já chegou ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela que constatou, pessoalmente, na última sexta-feira, as presenças de jagunços travestidos de segurança na área. Ontem, em reunião na Superintendência de Polícia Civil do Interior, da qual participaram, além do secretário, o superintendente Divaldo Gonçalves, o representante legal da WPR, Dr. Fabiano, o presidente da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, além de alguns moradores da área, o secretário Jefferson Segurança, ninguém faz capangagem no Maranhão". E disparou: "Para a Polícia do Maranhão, existe dois tipos de gente: criminoso e não criminoso, o patrimônio não importa". O secretário entende que as presenças de homens sem carteira assinada, sem crachá

de segurança e com armas ocultas no matagal, como a polícia constatou, é crime. E instou o representante legal da empresa em São Luís, Dr. Fabiano Figueiredo a não permitir que a empresa use força armada em contato com os moradores.

Defensoria Pública -

Na ocasião, foi dado conhecimento de sentença prolatada pelo juiz Clésio Coelho Cunha, em face de Medida Cautelar do defensor público Alberto Tavares de Araújo Silva. Os principais argumentos da Defensoria Pública contra a WPR são os de que na comunidade do Cajueiro existem famílias que possuem título condominial de propriedade expedido pelo governo do Estado desde 1999 e que a área onde a WPR pretende instalar o empreendimento portuário está dentro do projeto de criação da reserva extrativista de Tauá-Mirim.

Em síntese, a Medida Cautelar da Defensoria Pública pede que a WPR se abstenha de realizar, direta ou indiretamente, quaisquer atos que ensejem a aquisição de propriedades ou da posse de proprietários e/ou possuidores de imóveis inseridos na área pretendida para o empreendimento portuário. (compra

de casas e terras dos moradores); que se abstenha de praticar, direta ou indiretamente, quaisquer atos contrários ao livre exercício da posse pelos integrantes da Comunidade Cajueiro e de que o Estado do Maranhão não dê seguimento ao processo de licenciamento do Terminal Portuário de São Luís. Pedidos que já foram, inclusive, deferidos liminarmente pelo juiz Douglas de Melo Martins.

A sentença - O juiz Clésio Coelho Cunha julgou parcialmente procedente a Medida Cautelar proposta pela Defensoria Pública. Em suma, até o julgamento do mérito, a WPR poderá dar continuidade ao processo de licenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente, mas está impedida de praticar quaisquer atos contrários ao livre exercício da posse pela comunidade Cajueiro, dentre os quais realizar plantações, construções e o extrativismo, transitar livremente pelas vias públicas e pescar nas praias de Panauçu e Cajueiro.

Desde 2004 - Na próxima quarta-feira, o secretário Jefferson Portela, juntamente com outros membros da cúpula da Secretaria de Segurança, se reunirá com um representante legal nacional da

WPR, quando deve repetir que a Secretaria de Segurança não vai aceitar qualquer forma de violência contra os moradores do Cajueiro. "Se houver violência, peço a prisão dos dirigentes da WPR e caberá à Justiça acatar o pedido ou não", disse.

Os problemas da comunidade com essa empresa começaram em 2014 segundo informou Davi de Jesus Sá, presidente da União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, quando apareceram por lá algumas pessoas com a proposta de construir um porto privado.

O processo de licenciamento vem do governo passado e, segundo ele, foi suspenso pelo governo Flávio Dino. Mas há cerca de 2 meses surgiu um novo cadastro, que estaria sendo elaborado sob os auspícios de Fernando Fialho, ex-secretário de Roseana Sarney. É o mesmo que, segundo denúncias na Assembleia, construiu estradas num povoado que não existia.

Davi de Jesus Sá informou, ainda, que está correndo no Cajueiro um abaixo assinado "para saber quem quer o Porto e quem não quer". "Antes, eles só queriam tirar uma parte das famílias do Cajueiro; agora querem tirar todo mundo", lamentou.

▶ SEGURA O VENENO!

Dívida com gráfica pode fazer Waldir perder a casa

Uma dívida com uma gráfica pode deixar o presidente interino da Câmara do Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), sem casa para morar em São Luís.

No valor de R\$ 1.300 milhão, a Quality Gráfica e Editora, responsável pelas propagandas, santinhos e faixas no período que Waldir concorreu e venceu a eleição para deputado federal em 2010, cobra na Justiça o pagamento.

Maranhão está com tem quatro imóveis penhorados pelo Tribunal da Justiça do Maranhão (TJMA), que podem ser penho-

rados em leilão para que a dívida seja sanada. A residência em que mora na capital pode entrar neste "bolo" caso os outros bens não cobrirem a dívida. A decisão de penhora foi tomada em 11 de março pela 11ª Vara Cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

Em 2013, o deputado ainda entrou em acordo com a empresa, assumindo pagar em 24 parcelas de R\$ 60 mil por mês. Em 2013, ele começou a pagar a conta, mas meses depois interrompeu o andamento das parcelas.

Inscrições abertas para o 2º Casamento Comunitário

DAVINÓPOLIS

As inscrições para o 2º Casamento Comunitário de Davinópolis já podem ser feitas gratuitamente, das 8h às 14h, no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), situado na rua Gonçalves Dias, no Centro.

O coordenador Francisco Nunes avisa que nesta segunda etapa a cerimônia beneficiará 150 casais que desejam regularizar o estado civil. O prazo de inscrições será encerrado no dia 25 e o casamento será realizado no dia 9 de junho.

Casamento será realizado dia 5 de junho

“Os casais interessados deverão efetuar antecipadamente sua inscrição no Cras, garantindo a participação na cerimônia promovida pelo Município em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão”, informou o coordenador.

Segundo ele, o projeto possui caráter social e é de grande relevância ao oportunizar ao casal que formalize sua união, beneficiando os casais hipossuficientes que já vivem maritalmente.

Marinalva Barbosa, secretária de Desenvolvimento Social, reforça que a iniciativa representa a proteção da família, a ampliação da garantia dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários do casal. ●

Celebração no TJMA

Uma celebração em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, seguida de coroação, acontecerá na próxima sexta-feira no auditório do Tribunal de Justiça. A celebração eucarística será presidida pelo padre Abraão Colins, reitor do Instituto de Ensino Superior do Maranhão. O evento integra as ações desenvolvidas pelo TJMA como forma de promover maior integração entre os servidores e magistrados.

Transporte público

SET e três empresas questionam edital de licitação na Justiça

Mesmo com as ações, Prefeitura mantém abertura de envelopes para amanhã. GERAL 6

SET e três empresas questionam na Justiça edital de transporte

Para o Sindicato das Empresas de Transporte existem alguns pontos do edital que “comprometem o certame”; Prefeitura fará a abertura das propostas amanhã

ADRIANO MARTINS COSTA
THIAGO BASTOS
Da Equipe de O Estado

Pelo menos três empresas (Viação Primor, 1001 Expresso e Ratrans) e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET) ingressaram ontem com ações questionando na Justiça a validade do edital de licitação de transporte, divulgado no fim de março deste ano, pela Prefeitura de São Luís. De acordo com o SET, existem pontos do edital que “comprometem o certame” e precisam ser revistos, de forma imediata.

A Prefeitura de São Luís informou ainda ontem que está ciente da demanda dos empresários. No entanto, realizará amanhã, 12, a abertura das propostas da licitação do transporte, a partir das 9h, no 7º andar da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), em São Luís. As ações do SET e das três empresas deverão ser apreciadas na 4ª Vara da Fazenda Pública.

Entre os pontos do edital de licitação questionados pelo SET e que motivaram a ação estão a suposta ausência de projeto básico dos serviços de operação; conservação e manutenção dos terminais; a inexistência de um plano municipal de mobilidade urbana; inviabilidade de atendimento à exigência de pelo menos 50% da frota com idade de fabricação a partir de 2013; impossibilidade de adequação da frota convencional no prazo de uma semana e a restrição da participação de empresas com experiência mí-



Biaman Prado

O sistema de transporte de passageiros está em processo de licitação

IMPUGNAÇÕES

Ações contra o processo licitatório

Antes do ingresso judicial por parte do SET, oito empresas e uma advogada entraram com ações de impugnações contra o processo de licitação para a concessão de serviço de transporte público coletivo de passageiros no município de São Luís. Expresso Rodoviário 1001, Rio Anil Transportes, Taguatur, Viação Primor, Empresa São Benedito, São Marcos,

Autoviária Matos, Viação Aroeira e a advogada Franciemra Assunção recorreram à Central Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura de São Luís para que ‘supostos vícios insanáveis’, no linguajar utilizado nas petições, fossem reconhecidos sob a pena de “acarretar a anulação do instrumento convocatório”, isto é, a própria licitação.

nima de um ano em serviços similares, entre outras alegações.

A decisão do SET de ingressar com representação judicial ocorreu pouco mais de 24 horas após

posicionamento da própria entidade, que informou a O Estado que, inicialmente, não interpelaria qualquer ação questionando o certame do Município. O presi-

dente do Sindicato das Empresas de Transporte de São Luís (SET), José Luiz Medeiros, disse na segunda-feira, 9, que existiam alguns erros no edital que podiam, naquele momento, ser sanados, mas nada que impedisse a licitação.

Detalhes

De acordo com a Prefeitura de São Luís, cada empresa ou consórcio poderá concorrer em apenas um lote, de um total de quatro. Desta

A Prefeitura está ciente da demanda dos empresários

forma, de acordo com o Município, será evitado o monopólio, ou seja, o domínio amplo por parte de apenas uma empresa. Segundo a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), todas as empresas interessadas terão que se adaptar às exigências do certame.

Cronograma

De acordo com o cronograma da Prefeitura, a previsão para a conclusão do processo licitatório é julho deste ano. Em seguida, após assinatura dos contratos, as empresas ou consórcios vencedores do processo terão 90 dias para cumprirem com as exigências do edital, dentre elas, a oferta de veículos com itens de acessibilidade, com ar-condicionado, e, ainda a substituição imediata de cerca de 200 ônibus fora da idade média de operação (que é de cinco anos). ●

A CASA CAIU!

Deputado Waldir Maranhão dá calote e pode perder mansão no Olho d'Água

O homem que virou o mundo político de cabeça para baixo nessa segunda-feira, 9, ao pedir o cancelamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e voltar atrás, corre risco de perder sua própria casa, localizada em um bairro nobre de São Luís, por ter dado o calote em uma conta de R\$ 1,3 milhão de sua campanha eleitoral de 2010, quando concorreu e venceu a disputa para deputado federal.

Waldir Maranhão (PP-MA), presidente interino da Câmara, está com quatro imóveis penhorados pelo Tribunal da Justiça do Maranhão, ou seja, prestes a irem a leilão para que a dívida seja paga. A decisão de penhora foi tomada em 11 de março pela 11ª Vara Cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Sua casa, em região nobre da capital, poderá entrar no pacote para pagar a conta, caso os imóveis penhorados não sejam suficientes.

A vítima do calote é a Quality Gráfica e Editora, empresa pequena que cuidou das propagandas, santinhos e faixas que o deputado espalhou pela capital maranhense. Já eleito, não pagou a conta. Uma série de cobranças e tentativas de negociação foi feita, até que a empresa decidiu ir à Justiça. Passaram-se três anos, quando, perante o juiz, Maranhão e seus advogados fizeram um acordo com a gráfica.

Em 2013, ele assumiu o compromisso de quitar a con-



Poucas são as pessoas que ainda arriscam tirar uma foto ao lado do deputado Waldir Maranhão

ta de R\$ 1,3 milhão. No acordo, pediu que os pagamentos pudessem ser feitos em 24 parcelas de R\$ 60 mil por mês. As primeiras parcelas foram quitadas, mas poucos meses depois, Maranhão decidiu que não pagaria mais a conta.

As informações foram confirmadas pelo advogado da Quality Fabio Henrique de Jesus Franca. "A dívida tem por origem serviços gráficos de campanha de 2010. Os serviços foram contratados, mas não foram pagos, o que obri-

gou a empresa a cobrar o débito judicialmente", afirmou. "Após a realização da primeira audiência foi celebrado um acordo entre as partes. Contudo, passado alguns meses, o acordo foi descumprido. Isso nos obrigou a dar seguimento no processo de execução que, atualmente, se encontra na fase de penhora de bens."

A decisão foi tomada dois meses atrás pelo Tribunal de Justiça, para que seja pago um saldo restante de R\$ 821,2 mil.

Nas declarações de bens

feitas por Maranhão à Justiça Eleitoral em 2014, não constam todos esses imóveis. O deputado declarou, na ocasião, ter apenas a casa onde vive e cotas imobiliárias de dois imóveis.

Em sua prestação de contas, estima que sua residência vale R\$ 350 mil. O total de bens declarado, somadas as cotas imobiliárias, chega a R\$ 813 mil, valor inferior à dívida que tem de pagar para a gráfica.

ESTADÃO ONLINE

WALDIR MARANHÃO: SONHOU SER SENADOR E SE BORROU

- *REVOGOU ANULAÇÃO DO IMPEACHMENT;**
- *FOI CRITICADO POR DINO E TODO MUNDO;**
- *VIROU PIADA NACIONAL ATÉ POR TIRIRICA;**
- *FEZ FILHO PERDER BOCADA NO TCE-MA;**
- *DEU CALOTE E PODE VIRAR SEM-TETO;**
- *DEVE RENUNCIAR E SER EXPULSO DO PP.**

PÁGINAS 3 E 5

Enganchado no cipoal da crise

O deputado Waldir Maranhão é do tempo em que Chacrinha era o popstar da TV brasileira, em que bradava: “Não vim para esclarecer. Vim para confundir”. Desde quando saiu da reitoria da Universidade Estadual do Maranhão para ser deputado federal em 2006, Waldir virou um acumulador de encrencas na Justiça e exímio trapezista na arte de dá saltos sem rede na política. Só no processo de impeachment de Dilma Rousseff, que deve ter a culminância hoje, com o seu afastamento por 180 dias, Waldir Maranhão deu cambalhota tão alta que quase se arrebenta.

No terceiro mandato na Câmara, onde ingressou pelo PSB e depois passou ao PP, Waldir tem aprontado cada uma. Foi secretário de Ciência de Tecnologia de Roseana Sarney, depois, em 2014, levou o PP à coligação de nove partidos que elegeu Flávio Dino, enquanto seu partido dividia com o PMDB e o PT a bancada principal de apoio a Dilma Rousseff na Câmara.

Mas Waldir não acumula só encrencas pesadas, como decretar, nas caladas da noite, o cancelamento do impeachment, sem consultar um só assessor da mesa diretora da Câmara. Tem também um formidável acumulativo de processos no TRE-MA, no TSE, na Justiça Federal, no TJ-MA, no STF. Em 2014, ele doou à sua própria campanha R\$ 550 mil, sem explicar onde conseguiu a soma. No dia do impeachment, 34 deputados do PP votaram a favor, nove contra e 4, indecisos. Waldir foi contra.

Assim como ele anulou o impeachment na solidão da madrugada, não resistiu 24h de pressão total da turma da oposição – que hoje será governo. Revogou o ato que revogava o impeachment. Ameaçado de todo lado e apanhando de relho da mídia que sustenta o “golpe”, Waldir pulou fora. Mas a encrenca prossegue. Caetano Veloso comemorou a decisão e disse que depois do avesso do avesso do avesso poderá fazer uma música sobre o impeachment do impeachment do impeachment.

Devedores de ICMS e IPVA poderão negociar débitos no mutirão de Negociação Fiscal

Os devedores de tributos estaduais como IPVA e ICMS poderão negociar suas dívidas no Mutirão de Negociação Fiscal, que ocorre de 16 a 18 deste mês, no Shopping da Ilha, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Governo do Maranhão. No evento, os contribuintes – com processos de execução fiscal na Justiça ou dívidas ainda não judicializadas – poderão quitar o débito ou fazer acordo de parcelamento.

O mutirão ocorrerá das 10h às 22h – horário de funcionamento do shopping – no espaço montado no 3º piso, próximo à área do cinema. A estrutura inclui sala para audiências, balcão de atendimento, mesas de negociação, caixas eletrônicos do Banco do Brasil para pagamento de débitos de tributos, entre outros. No local, haverá também atendimento do Detran, Viva Cidadão, Procon e Serasa. Todos os detalhes podem ser também consultados no *hotsite* do evento.

O juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira explicou que o objetivo é reduzir o número de ações em tramitação nas três varas de Execução Fiscal de São Luís e a inadimplência junto à Fazenda estadual, em relação a tributos como IPVA e ICMS. A iniciativa visa também possibilitar aos contribuintes a negociação de seus débitos. Atualmente, tramitam cerca de 24 mil processos de execução fiscal referentes ao Estado e ao Município de São Luís nas três unidades judiciais.

Os juízes das três varas de Execução Fiscal de São Luís – José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara) e Cleonice Conceição do Nascimento (10ª Vara) – estarão no local com suas equipes, para homologar acordos nos processos de execução fiscal firmados durante evento. A Diretoria do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ) também disponibilizará servidores para prestarem auxílio aos juízes e à Secretaria da Fazenda, no cálculo das custas processuais devidas.

A Fazenda estadual encaminhou notificação eletrônica a quatro mil devedores de ICMS e IPVA, para que participem do mutirão. São contribuintes com dívidas judi-

alizadas ou não. Para saber se foi notificada, a pessoa também pode consultar o site da Sefaz.

O evento é direcionado aos contribuintes que aderirem ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICMS – “Regularize-se 2” e ao IPVA, instituídos, respectivamente, pelas Medidas Provisórias nº 220/2016 e 218/2016.

Benefícios

Os devedores de ICMS poderão quitar os débitos do tributo, com redução de multas e juros de 100%, se o pagamento for feito em parcela única; de 80%, em 60 vezes; e de 60%, para pagamento de 61 até 120 parcelas.

Em relação ao IPVA, o devedor que quitar o débito

em parcela única terá redução de 100% dos juros e das multas punitivas e moratórias. Esse desconto vale para dívidas decorrentes de fatos geradores ocorridos até 1º de janeiro de 2015 – constituídos ou não e inscritos ou não – em dívida ativa, inclusive ajuizados.

A sistemática do mutirão vem sendo discutida em várias reuniões, a última ocorrida no dia 4 de maio, no Fórum Des. Sarney Costa, entre os juízes José Edilson Caridade Ribeiro, Raimundo Nonato Neris Ferreira e Cleonice Conceição do Nascimento; os procuradores do Estado, Bruno Tomé Fonseca e Luciana Carvalho da Silva; e a chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Maria de Fátima Pereira da Silva. (*Ascom TJMA*)

Devedores de ICMS e IPVA poderão negociar débitos no mutirão de Negociação Fiscal

Os devedores de tributos estaduais como IPVA e ICMS poderão negociar suas dívidas no Mutirão de Negociação Fiscal, que ocorre de 16 a 18 deste mês, no Shopping da Ilha, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o governo do Maranhão. No evento, os contribuintes – com processos de execução fiscal na Justiça ou dívidas ainda não judicializadas – poderão quitar o débito ou fazer acordo de parcelamento.

O mutirão ocorrerá das 10h às 22h – horário de funcionamento do shopping – no espaço

montado no 3º piso, próximo à área do cinema. A estrutura inclui sala para audiências, balcão de atendimento, mesas de negociação, caixas eletrônicos do Banco do Brasil para pagamento de débitos de tributos, entre outros. No local, haverá também atendimento do Detran, Viva Cidadão, Procon e Serasa. Todos os detalhes podem ser também consultados no hotsite do evento. O juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira explicou que o objetivo é reduzir o número de ações em tramitação nas três varas de Execução Fiscal de São Luís e a inadimplência

junto à Fazenda estadual, em relação a tributos como IPVA e ICMS. A iniciativa visa também possibilitar aos contribuintes a negociação de seus débitos. Atualmente, tramitam cerca de 24 mil processos de execução fiscal referentes ao Estado e ao Município de São Luís nas três unidades judiciais.

A Fazenda estadual encaminhou notificação eletrônica a quatro mil devedores de ICMS e IPVA, para que participem do mutirão. São contribuintes com dívidas judicializadas ou não. Para saber se foi notificada, a pessoa também pode consultar o site da

Sefaz.

Os devedores de ICMS poderão quitar os débitos do tributo, com redução de multas e juros de 100%, se o pagamento for feito em parcela única; de 80%, em 60 vezes; e de 60%, para pagamento de 61 até 120 parcelas.

Em relação ao IPVA, o devedor que quitar o débito em parcela única terá redução de 100% dos juros e das multas punitivas e moratórias. Esse desconto vale para dívidas decorrentes de fatos geradores ocorridos até 1º de janeiro de 2015 – constituídos ou não e inscritos ou não – em dívida ativa, inclusive ajuizados.

Comarca de Dom Pedro realiza mutirão de audiências criminais

Foi realizado entre os dias 2 e 5 de maio, o 2º Mutirão de Audiências Criminais deste ano na Vara Única da Comarca de Dom Pedro. O evento foi composto por 69 audiências de instrução e julgamento em ações penais de diversos temas.

De acordo com o magistrado titular da Comarca, Carlos Sousa, o objetivo do mutirão, também apoiado pelos advogados, é amenizar os efeitos da interdição do prédio do Fórum que ocorreu no ano anterior e permaneceu fechado por quase 6 meses, e com isso, promover a realização da

prestação jurisdicional em processos criminais, antecipando, inclusive, audiências que estavam designadas para o segundo semestre.

Os trabalhos foram divididos em três salas, onde juízes e promotores foram auxiliados por uma equipe de servidores. Cerca de 200 pessoas foram ouvidas e mais de 48 sentenças foram proferidas.

O funcionamento da Secretaria e o atendimento ao público em geral permaneceram normais durante todo o mutirão.

Participaram do mutirão os juízes André Bezerra (comarca de Morros) e Elison Santos (comarca de Mirador), e os promotores de Justiça, Ariadne Santos, da comarca de Dom Pedro; Júlio Borralho (comarca de Paraibano); e Rafael Bulhão (comarca de Presidente Dutra).

Audiências com adolescentes

Audiências de custódia com adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional na capital são realizadas pela 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (2ª VIJ). No caso de prisão em flagrante de adultos, a competência para a realização de audiências de custódia é do plantão judiciário forense. A 2ª VIJ realiza audiência de custódia de adolescente apreendido desde 16 de fevereiro deste ano. Até a última sexta-feira (6), foram realizadas 43 audiências, com 36 liberações e 7 conversões em internação provisória.

Calote de Waldir

O Jornal O Estado de São Paulo publicou, ontem, a informação de que o presidente interino da Câmara Federal, deputado Waldir Maranhão, além da ameaça de cassação por ter virado o mundo político de cabeça para baixo, na última segunda-feira, pode perder a residência em São Luís por conta de dívida de campanha.

Segundo o Estadão, Waldir teria dado um calote em uma conta de R\$ 1,3 milhão de sua campanha eleitoral de 2010, quando concorreu e venceu a disputa para deputado federal.

Conforme o matutino paulista, o presidente da Câmara está com quatro imóveis penhorados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 21/2016
Processo nº 10.978/2016**

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de monitores; **Abertura:** 25/05/2016 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** Site www.compras-governamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **Email:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261-6181. São Luís/MA, 11 de maio de 2016. **Allyson Frank Gouveia Costa** - Pregoeiro TJMA.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 22/2016
Processo nº 12.610/2016**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de travas de segurança para notebook; **Abertura:** 30/05/2016 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenação de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **Email:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261-6181. São Luís/MA, 11 de maio de 2016. **Allyson Frank Gouveia Costa** - Pregoeiro TJMA.

Empresas de ônibus ingressam na Justiça contra licitação do transporte em SL

Deputados saem em defesa do processo

PÁG. 4 [C1]

Empresas de ônibus ingressam na Justiça contra licitação do transporte em São Luís

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET) ingressou na Justiça com uma ação para barrar o processo de licitação do transporte público, que prevê para esta quinta-feira (12) o recebimento das propostas do certame. Além do SET, as empresas Ratrans, 1001 Expresso e Primor acionaram a Justiça para impedir a licitação. A Ação Cautelar do SET está na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, nas mãos do juiz Cícero Dias. Ele é o mesmo magistrado que determinou intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) em 2014.

A decisão foi suspensa e depois declarada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Estado. Até há poucos dias, o SET havia anunciado publicamente que não entraria com ação judicial contra o processo licitatório, uma vez que havia obtido todas as informações da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Na avaliação de técnicos da SMTT, a mudança de postura do SET e a entrada na última hora demonstram que as empresas nada mais querem do que atrasar e atrapalhar a licitação, uma vez que não se prepararam para se habilitar a este processo.